

CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

Antonio de Lima RIBEIRO / Mestre em Educação, UCP/RJ

Ao se completarem 50 anos do suicídio do Presidente Vargas, de amplas repercussões no processo político brasileiro, sobressai a contribuição de seu governo para o desenvolvimento da educação superior no Brasil, particularmente do curso de administração. Neste artigo destacamos o cenário socioeconômico e político que redundou na criação da fundação que levou seu nome e na introdução da administração científica no país. Outro período que merece destaque para o tema diz respeito à expansão dos cursos superiores particulares nos governos militares, responsável pelo desenvolvimento do curso, até este atingir a fase atual.

Conforme Albuquerque (1981:573-602), a revolução de 1930, inaugurando a Era Vargas, ocorreu, em parte, por resultado de manifestações de grupos sociais ligados à indústria e por elementos das classes médias que na sociedade buscavam melhores condições de vida. A resposta das camadas dominantes foi no sentido de que "façamos a revolução, antes que o povo a faça".

Esse movimento resultou numa junção e caldeamento de forças políticas que iriam permitir, ao longo do percurso, o aparecimento de uma chamada "democracia populista", cujo modelo se caracterizava por um autoritarismo forte e permanente, um congresso conivente ou adequadamente silenciado e por medidas populares ao gosto de uma larga faixa de uma população brasileira marginalizada. Dentre elas destaco: a criação do Ministério do Trabalho, a criação de sindicatos de trabalhadores, a revisão da lei de acidentes de trabalho, a criação das normas de conciliação do trabalho e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Um dos principais fatores do sucesso da tomada do poder pelo grupo liderado por Vargas foi o fato de que este "representava um remanejamento na estrutura e na participação nas práticas do poder. Não havia, portanto, condições antagônicas, na medida em que as mudanças se realizavam dentro dos parâmetros capitalistas" (o.c.:574).

A Era Vargas, com suas transformações ostensivamente favoráveis à burguesia industrial e financeira, não impediam necessariamente a participação da burguesia rural, substancialmente enfraquecida pela crise de 1929. O presidente, ao contrário, não só considerou os produtores de café, como efetivamente lhes proporcionou meios para se adaptarem à nova realidade. Albuquerque (o.c.:575) chama a atenção para o fato de que Vargas também estimulou o surgimento de outras culturas agrícolas, não cafeeiras. Contribuiu ainda para o sucesso vitorioso do movimento de 1930, em nível externo, o que veio a se chamar de "grande depressão". Seu efeito mais visível foi a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, quebra esta que na sua raiz, exibia e trazia claramente os sinais do desmoronamento dos conceitos econômicos até então praticados, ou seja, o capitalismo liberal.

Este modelo econômico definia que "o Estado não deve interferir na economia, mas apenas garantir a livre iniciativa e a propriedade dos meios de produção" (Japiassú, 1999:163). Mas a imensa crise global de 1929 fez emergir nos países centrais e periféricos uma nova ideologia, que significava em essência "a redefinição das funções do Estado, pela qual este passa a se caracterizar como agente planejador" (Pereira 1971:13-4).

Os anos Vargas são representativos de um projeto social de desenvolvimento progressista, não negador do capitalismo - mas com uma opção do que era historicamente possível de se fazer na época - o chamado "capitalismo autônomo". Este modelo econômico trazia junto uma equação com 2 eixos fundamentais (Covre, 1981:61-6),: a) a industrialização, consistindo na implantação, se possível acelerada, de um parque fabril suficientemente amplo para substituir as importações e atenuar a dependência do Brasil perante os mercados externos; e b) o planejamento econômico do Estado, que vinha valorizar o planejamento estatal, com a relevância da técnica e da racionalidade.

A prática desse novo modelo de gestão econômica resultou no alargamento das fronteiras do poder do Estado, que assumiu um papel crescentemente intervencionista e regulador na sociedade brasileira. Conforme assinala Souto Maior (1969:399), a Constituição de 1934 tinha tendências reformistas com

relação ao papel do Estado; seu artigo 116 dava poderes à União para monopolizar "por motivos de interesse público" determinadas indústrias. Observa ainda o autor que a constituição outorgada de 1937 era bastante autoritária, reforçando o papel intervencionista do Estado e alçando o presidente à condição de autoridade suprema, diretor da política interna e externa, promotor da política legislativa e superintendente da administração no Brasil. Reconhece Taunay (1969:87) que na administração Vargas houve uma quase supressão da autonomia dos estados e um elevado aumento de atribuições do poder central, caracterizando seu papel centralizador da vida nacional. O uso da técnica como solução dos problemas sociais, econômicos e políticos, valorizou e determinou a necessidade da formação de uma burocracia técnica, não somente nas grandes organizações privadas como especialmente na administração pública, naquela hora voltada para os deveres de planejar, racionalizar, definir e estabelecer a ação de um Estado crescentemente mais atuante e participativo. Essas ações estenderam seu alcance para todas as esferas do social, aí incluído o sistema escolar. As escolas da época não estavam aparelhadas para formar quadros de técnicos aptos para lidar com o planejamento, com as informações e com a tomada de decisões. Destaca Paschoal Lemme (1988:64) que "desde de 1920, em várias unidades da federação foram feitas reformas de ensino, impulsionadas pelo desejo de tirá-lo dos velhos padrões que remontavam aos tempos do Império e até mesmo ao Brasil-Colônia".

O uso coordenado de informações e o domínio das técnicas de produção, comercialização e administração, requeriam um tipo de profissional cuja educação livresca e ornamental, característica dos anos 1920, já não era mais capaz de produzir. Gadotti (1994:110) chama essa educação do início do século de "ensino oligárquico", de tradição nitidamente estilista. As idéias desenvolvimentistas, originárias de um Estado mais poderoso, precisariam encontrar na escola o instrumento ideal para a disseminação da nova ideologia desenvolvimentista posta em prática no período Vargas. Já em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assinalava a necessidade de se criarem novos e outros cursos superiores, além dos existentes. Este documento continha "a orientação geral a que deveria obedecer uma política educacional, pelo poder público, na organização do ensino público, em todos os seus aspectos, modalidades e níveis, e em todas as esferas administrativas"(Lemme,o.c.:103).

Um dos primeiros atos do Governo Vargas em 1930 foi a criação do Ministério da Educação e Saúde, com o objetivo de impulsionar a educação no País e prepará-la para atuar alinhada com o esforço modernizante nos anos que se seguiram. Segundo Romanelli (1996:131), o recém nomeado Ministro Francisco Campos realizou uma ampla reforma na área da educação, abrangendo a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) ; a adoção do regime universitário (Estatuto das Universidades Brasileiras) e a organização da Universidade do Rio de Janeiro, todas em 1931.

Romanelli chama atenção para o fato de que antes não havia propriamente um sistema nacional de educação, pois os estados atuavam sem uma articulação com o sistema central. Neste sentido, a criação do Ministério da Educação e Saúde teve a vantagem de permitir a estruturação da Educação no País em termos realmente nacionais. Um dos pontos mais relevantes da reforma promovida pelo novo Ministro foi o estabelecimento de uma integração e organicidade entre o ensino secundário, comercial e superior. A mesma autora (p.132-134) destaca que, embora já houvessem experiências e tentativas isoladas para se organizar universidades em Minas, São Paulo, Paraná e no Rio de Janeiro, na prática elas representavam apenas a junção de algumas escolas. As próprias iniciativas da família real portuguesa, no século XIX, através de D. João VI, não representaram efetivamente na criação de uma universidade, mas de cursos isolados. O ensino superior caracterizou-se desde seus primórdios por oferecer cursos tradicionais como Direito, Medicina e Engenharia (Mendes,2004:1).

A Universidade do Rio de Janeiro foi reorganizada aplicando-se o Estatuto das Universidades Brasileiras. Mas a primeira universidade brasileira organizada em realmente de acordo com o Estatuto foi a Universidade de São Paulo, em 1934. As demais consistiam, em geral, em um aglomerado de cursos, sem organicidade. Em 1935 era criada a Universidade de Porto Alegre e em 1939, Anísio Teixeira, então Secretario da Educação do Distrito Federal, criou a Universidade do Distrito Federal - UDF, posteriormente incorporada à Universidade de Brasil, atual UFRJ (o.c.:131).

A era Vargas e os cursos superiores de administração

Os cursos superiores de administração surgiram nos E.U.A. no início do século XX. O advento da industrialização trouxe uma crescente complexidade e magnitude das organizações. A criação das primeiras linhas de montagem naquele país, separando claramente o trabalho manual do trabalho intelectual, deu origem à necessidade de formação profissional de administradores em nível superior. Conforme Castro, (1981:58-61), no ano de 1952 os Estados Unidos já formavam aproximadamente 50 mil bacharéis, 4 mil mestres e 100 doutores em administração por ano. No Brasil, esse processo será retardado por motivos inerentes à nossa formação social.

Seguindo um caminho diverso do norte-americano, no Brasil o processo de industrialização só será implementado após a Revolução de 1930, com a adoção do modelo econômico denominado "capitalismo autônomo. Em decorrência do alargamento das fronteiras do Estado, este se vê na contingência de alavancar o surgimento dos primeiros cursos superiores de administração no País, destinados a formar a mão-de-obra especializada, requerida pela nova situação". O ensino da administração no Brasil tem sua origem na criação do DASP - Departamento de Administração do Serviço Público, em 1938. O DASP foi criado por Vargas para estabelecer um padrão de eficiência no serviço público federal e para criar canais mais democráticos para o recrutamento e seleção de recursos humanos para a administração pública, através de concursos de caráter universal e público. Foi ainda responsável pela sistematização dos direitos e deveres do funcionalismo, definidos no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Seguindo-se à criação do DASP, o governo autorizou aquele Departamento a constituir a Fundação Getúlio Vargas (FGV), voltada para o estudo das organizações e da racionalização do trabalho; e a preparação de quadros profissionais em nível superior. Tais quadros se destinariam não só às empresas privadas como também ao serviço público em geral. A FGV foi constituída em 1944 através do decreto 6.933 e ficou localizada próxima aos círculos dominantes do poder, no Distrito Federal (à época, no Rio de Janeiro).

Em 1948, representantes da FGV realizaram visitas a inúmeros cursos de administração pública nos Estados Unidos, para conhecer seu funcionamento, já que o Brasil carecia de experiência na organização e implantação desses cursos. Com as visitas, abriram-se canais de comunicação que favoreceram a realização de encontros entre representantes da FGV e de escolas e professores americanos, visando a criação no Brasil de uma escola de nível superior voltada para a formação e treinamento de especialistas em administração pública (Andrade,1999:7).

Em decorrência desses encontros entre a FGV e professores de instituições de ensino americanas, formou-se a EBAP - Escola Brasileira de Administração Pública em 1952. A criação dessa Escola teve o apoio da ONU e da UNESCO, através de convênios de cooperação técnica e científica, que previam a manutenção de professores estrangeiros temporariamente no Brasil e o fornecimento de bolsas de estudo para se promover o treinamento e o aperfeiçoamento de futuros docentes brasileiros no Exterior (Andrade, o.c.:8).

Conforme assinala Martins (1989:663), o ensino da administração no Brasil, desde o seu início, estabeleceu fortes vínculos com o sistema de ensino americano, inclusive com a utilização de bibliografia, modelos curriculares e mesmo com a participação de professores americanos como docentes nos primeiros cursos. O objetivo preponderante da FGV era a formação de quadros de especialistas para atender ao setor produtivo. Tratava-se, com a criação da EBAP, em se estabelecer uma escola destinada especificamente à preparação de administradores de empresas, vinculada estreitamente ao mundo empresarial e com o objetivo de preparar especialistas nas modernas técnicas de administração de empresas.

Seguindo-se ao surgimento da EBAP no Rio de Janeiro, a FGV promoveu a criação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) em 1954. A cidade de São Paulo foi escolhida por ser considerada o centro das atividades econômicas e produtivas do Brasil. Mas o estabelecimento de uma escola de ensino superior foi considerado dispendioso, o que levou a Fundação Getúlio Vargas a buscar recursos junto aos governos federal e estadual e empresas privadas. Para iniciar as atividades, a EAESP fez convênio com a USAID, agência governamental americana voltada para o desenvolvimento internacional. Pelos termos desse convênio, o governo dos Estados Unidos se comprometia em manter

junto a EAESP uma missão universitária de especialistas em administração de empresas. Tais especialistas foram recrutados na Universidade Estadual de Michigan, que já possuía experiência na montagem de cursos de administração no exterior. Por seu turno, a FGV enviaria docentes brasileiros para estudos de pós-graduação nos Estados Unidos, com a finalidade de gerar quadros docentes próprios e permitir o retorno dos professores americanos, que assim teriam sua tarefa concluída. Esta missão americana atuou na EAESP até 1965 (Andrade, o.c.:18).

Dentro dessa revisão histórica, é preciso mencionar também que a criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, reunindo as faculdades e escolas existentes, permitiu que em 1946 fosse criada a Faculdade de Economia e Administração - FEA, com o objetivo de formar funcionários para as grandes organizações públicas e privadas. Mas esta somente anos mais tarde passou a oferecer cursos de administração (Andrade,o.c.:14). Assim como a Fundação Getúlio Vargas, através da EBAP e EAESP, também a Faculdade de Economia e Administração foi criada com um objetivo bem definido: formar especialistas em administração, abrangendo a organização do trabalho, a racionalização de atividades, a elaboração e a gestão de orçamentos, a comercialização e a gerência do patrimônio e a administração de pessoas. Os cursos inicialmente oferecidos foram de economia e de contabilidade. Os primeiros administradores se formaram na FEA somente em 1964 (Covre, 1981, p.62).

Todas essas instituições, conquanto tivessem um papel de vanguarda, pois ofereciam formação de boa qualidade e atualizada, tinham em suas origens as demandas oriundas dos sistemas econômicos, que reclamavam quadros aptos a lidar satisfatoriamente com a administração do modelo econômico vigente, baseado numa intensificação do capitalismo industrial no Brasil. Esse processo consistia na substituição de importações, através da implantação de um parque manufatureiro, no incentivo à propriedade industrial privada, sob a proteção do Estado e na redução da dependência do País às normas de economia e de comércio dos países centrais (Romanelli,o.c.:56). Assim surgem os primeiros cursos de administração no Brasil: trazendo em seu bojo fortes condicionamentos na forma de prioridades estabelecidas pelo sistema econômico.

Até meados dos anos 60 a profissão de administrador não era regulamentada por lei. A crescente quantidade de profissionais atuando na área e a conseqüente necessidade de se estabelecer os contornos e os requisitos para o exercício da profissão, abriram caminho para a aprovação da lei 4769 de 9/9/65 e para a criação simultânea dos conselhos profissionais: os Conselhos Regionais de Administração (CRAs). Constituídos como entidades de direito privado e sem fins lucrativos vinculados ao Ministério do Trabalho - MT, têm como função precípua fiscalizar o desempenho da profissão e emitir as respectivas carteiras de identidade profissionais. Como somente poderiam exercer a profissão os administradores registrados nos respectivos CRAs, tais conselhos passavam a ter forte controle sobre as condições de acesso à profissão. Órgão de natureza consultiva, é uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira, sendo mantida pela contribuição anual paga pelos profissionais inscritos.

A constituição desses conselhos foi se disseminando pelos Estados e, para articular e estabelecer regras uniformes com relação à profissão foi também criado o Conselho Federal de Administração - CFA - localizado na Capital Federal e vinculado ao Ministério do Trabalho. O CFA é uma entidade autárquica, de direito público e com autonomia administrativa e financeira e sua criação ocorreu pela Lei 4769, de 9/9/65, com instalação efetiva em 17/1/68. Segundo Andrade (o.c.:27), até 1954 havia apenas 2 cursos de administração no país: EBAP e EAESP. Na medida em que os cursos começaram a proliferar em vários estados brasileiros, sentiu o Ministério da Educação e Cultura a necessidade de estabelecer uma norma básica que identificasse claramente as disciplinas obrigatórias do currículo de graduação. Surge assim o currículo mínimo do curso, através do Parecer 307/66, do Conselho Nacional de Educação, com 2.750 horas e com as seguintes matérias: Matemática, Estatística, Contabilidade, Teoria Econômica, Economia Brasileira, Psicologia Aplicada à Administração, Sociologia Aplicada à Administração, Instituições de Direito Público e Privado, Legislação Social, Legislação Tributária, Teoria Geral da Administração, Administração Financeira e Orçamento, Administração de Pessoal, Administração de Material, Direito Administrativo, Administração da Produção e Administração de Vendas. O referido parecer estabelecia ainda um estágio supervisionado com duração de seis meses, em organização pública ou privada, cuja realização era pré-requisito para concessão do diploma de conclusão de curso.

A formação do administrador pós - 64

O fim da II Guerra Mundial em 1945 do século XX encontrou o mundo fortemente polarizado em termos de doutrinas políticas e econômicas: o capitalismo, representado pelos Estados Unidos e seus associados; e o comunismo, representado pela União Soviética e China. Com tal polarização, a política e a economia no mundo ficaram à mercê das ações das grandes potências. Nos países e regiões periféricas, constituído por nações pobres e em desenvolvimento (o chamado Terceiro Mundo), o jogo de xadrez internacional se repetia, com atores locais se filiando a uma corrente ou outra - gerando golpes e regimes políticos autoritários (Albuquerque,1981:596-600).

O Brasil não ficou imune a esse confronto de idéias e de interesses econômicos. Até desaguar no golpe militar de 1964, a sociedade brasileira passou por situações de ruptura, quando forças antagônicas buscavam a dominância do Estado. A sociedade brasileira já vinha testemunhando uma série de conflitos desde 1920. Na visão de Romanelli (o.c.:193-4), "as relações entre política e economia caracterizavam-se por um equilíbrio mais ou menos estável entre o modelo getuliano, de tendências populistas, e o modelo de expansão da indústria".

Nesse período, o Estado teve um papel destacado, tendo criado uma infra-estrutura mínima para o desenvolvimento. De um lado, coexistiu um governo de tendências nacionalistas e populistas, e de outro, uma classe empresarial burguesa que apoiou o governo, pois as ações na economia a favorecia plenamente. Mais adiante, no Governo Kubitschek (1956-1960), e com a internacionalização crescente da economia, o modelo político passa a ficar mais identificado com a economia de mercado, afastando-se do populismo, tão ao gosto do dualismo de Getúlio (Romanelli, o.c. p.193). Albuquerque (o.c.:622) observa que, ao final do governo Juscelino, o preço do café era 30% inferior ao preço de 1955. Com a crescente subordinação da economia aos modelos ditados por organismos internacionais, nova crise séria na sociedade brasileira se vislumbra: a necessidade de gerar recursos para pagar os empréstimos e juros internacionais acaba afetando os investimentos do Estado na geração de renda, elevação do nível de emprego e em programas de bem-estar social, como saúde e educação.

Começa a se esboçar um movimento de reformas (propriedade, remessa de lucros, agrária) que vem exacerbar os conflitos na sociedade. A ascensão de Jânio Quadros e sua renúncia logo depois apenas serviu para exacerbar esses conflitos. João Goulart toma posse e tenta levar adiante algumas reformas, mas perde o poder para um movimento militar em 1964. Os militares, devidamente convencidos pelo temor ao comunismo e pela suposta quebra da ordem, lhe retiram o apoio que até então, a contragosto, lhe viam prestando. Esta visão é partilhada tanto por Albuquerque (o.c.:646) quanto por Romanelli (o.c.:193). O movimento de 1964, ao assumir o poder, inicia um ciclo econômico e político alinhado com as regras estritas da economia de mercado, e os movimentos políticos de trabalhadores e de estudantes acabam sendo reprimidos de forma enérgica. A educação, embora reconhecida como necessária pelos governantes de então, não dispunha dos recursos generosos alocados a outras áreas, o que a condenou à exibição de resultados modestos, culminando em uma acelerada privatização do ensino superior nos anos seguintes (Cunha,1989:41).

As crescentes manifestações políticas e estudantis dos primeiros anos do regime militar, as quais o governo sentiu necessidade de refrear e de esvaziar, e a existência de uma estrutura universitária arcaica, acabaram conduzindo à reforma de 1968. Esta se fez através da Lei 5.540, de 28/11/68, cujos pontos mais relevantes são (Romanelli,o.c.:228-33): a) a criação de órgãos colegiados de representação na Universidade, inclusive integrados por pessoas estranhas à vida acadêmica; b) a criação de uma área voltada para a pesquisa; c) a criação de conselhos para a fiscalização administrativo-financeira; d) a definição dos cursos de graduação, pós-graduação, extensão, aperfeiçoamento e especialização; e) a divisão do curso superior em 2 ciclos (básico e profissional,) visando o nivelamento inicial dos alunos e a escolha posterior da área desejada.

No plano administrativo, a reforma unificou o vestibular; extinguiu as cátedras; condicionou à homologação do Ministro da Educação os pareceres do CNE; abriu a possibilidade de nomeação de reitores oriundos de ambientes alheios à vida acadêmica, como forma de refrear a autonomia universitária; adotou mecanismos para o vestibular classificatório, eliminando a figura do "aprovado - excedente"; adotou o

sistema de provas de vestibular padronizadas por instituição ou região, executadas na mesma data; e condicionou o conteúdo das provas de vestibular às matérias lecionadas no ensino médio. Na visão de Aranha (1996:214) a reforma, instituindo controles externos de várias decisões, "provoca a perda da autonomia da universidade, e a divisão em departamentos fragmenta a antiga unidade e instaura um processo de burocratização nunca visto". Pois a possibilidade criada de se permitir a matrícula por disciplina quebrou a coesão de turmas estáveis, agora atomizadas no processo escolar. Por outro lado Cunha (o.c.:51), em sua avaliação sobre a reforma universitária de 1968, vê nela alguns pontos positivos, como "a articulação entre os diferentes unidades que nasceram isoladas e também a instituição da pós-graduação, que resultou na formação de professores qualificados para o ensino superior e também o desenvolvimento da pesquisa, fator fundamental para a vida universitária".

Apesar desses, ao olhar de Romanelli (o.c.:230-5), a reforma de 1968 comete alguns equívocos: a pretensão de submeter a universidade a uma racionalidade administrativa, baseada em "qualidade" e "eficiência", em detrimento da essência da vida acadêmica; a criação de uma estrutura burocrática pesada, com certeza a ser ocupada por uma camada de funcionários bem remunerados e controladores; e finalmente - a excessiva ênfase nos números (número de cursos, número de horas, etc) para se avaliar o trabalho educacional realizado. A reforma, ao desestimular a criação de novas universidades oficiais e ao incentivar o setor privado, enfraqueceu a universidade como instituição pública (Cunha,o.c.:52). E o deslocamento de inúmeros campi para as periferias das cidades trouxe problemas logísticos graves e também desarticulou a união estudantil, cujo poder de arregimentar a opinião pública não convinha ao regime da época.

O crescimento dos cursos de administração foi muito significativo a partir de 1968, impulsionados pela Lei da Reforma Universitária e pela renovada valorização da administração em nível nacional pelo governo militar. Assistiu-se ao surgimento de grande número de instituições privadas de ensino superior, inclusive em pequenas cidades do país. No início dos anos 70 as universidades somavam 46; atualmente (2004) somam mais de 100 instituições com as características de universidade e assim reconhecidas pelo Governo. (Silva, 1999:1).

Fazendo uma revisão dos acontecimentos na América Latina nos anos 1970, Ziegelmaier (2000:286-92), registra que a crise do petróleo dos anos 1970 encareceu as despesas de infra-estrutura, aumentou a dependência internacional do Brasil e mergulhou o País numa crise econômica séria, que conduziu ao progressivo esgotamento do modelo de intervenção militar. Aumentou a inflação, a recessão, o desemprego, e a qualidade de vida nas grandes cidades piorou dramaticamente, com o crescimento de habitações rudimentares e sem o mínimo de condições - as favelas. Conforme Albuquerque (o.c.:671-672), os governos militares escoravam-se nos princípios da segurança nacional, tornados oficiais pelo Decreto - lei 898/69. Esta legislação reunia um conjunto de idéias voltado para defender o país de ameaças internas e externas. Mas tais princípios mostraram-se ineficientes para esses novos tempos - ainda mais porque o mundo evoluíra do "quase confronto" entre as potências para uma nova fase chamada de coexistência pacífica. O regime militar, como todos os demais, não conseguiu assegurar-se do controle da parte humana não visível das pessoas (alma, intelecto, sentimento, emoções). Aproveitando os espaços, ampliaram-se os movimentos populares de opinião pública contra o cerceamento autoritário imposto pelos militares a partir do final dos anos 1970.

Essas manifestações cresceram e culminaram com a eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte, a qual logra aprovar uma nova Constituição para a República Federativa do Brasil em 1988. Essa Constituição, denominada de Cidadã, restaura formalmente a democracia no país e destina o capítulo terceiro (artigos 205 a 211) à educação, definindo como suas finalidades: desenvolver a pessoa humana, preparar o homem para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o exercício de uma função. Explícita ainda que educação é aberta à iniciativa privada, inclusive no nível superior. Para regulamentar o texto constitucional, o Congresso Nacional aprovou em 1996 a Lei 9394 (20/12/96) conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta nova lei caracteriza a educação como um processo que se inicia na família e tem sua continuidade na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa e na sociedade. Em particular, os artigos 43 a 47 tratam do ensino superior, onde se assegura a autonomia universitária e se definem suas várias modalidades. A LDBEN tem recebido adendos posteriores na forma de Planos, Pareceres, Portarias, Diretrizes e Resoluções.

O número de cursos superiores de administração vem aumentando sensivelmente: de 31 em 1967 para 177 em 1973; de 244 em 1978 para 354 cursos em 1995. Mas uma característica marcante da estrutura e organização dos cursos de administração no Brasil desde a sua origem não desapareceu: trata-se da vinculação desses cursos ao modelo sócio-econômico vigente e, mais especificamente, ao mercado que irá absorver esse profissional. Realizou-se um estudo de caso de um curso localizado em uma instituição privada desde a sua criação em 1968, envolvendo análise de grades curriculares, conteúdos mínimos, número de horas e organização geral. Com base nesse estudo, é possível afirmar que o referido curso nasce e se desenvolve nos interstícios propiciados por reformas na legislação de ensino e, principalmente, pelas mudanças ocorridas na esfera produtiva, as quais condicionam os conteúdos curriculares a serem desenvolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. Pequena história da formação social brasileira. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1981, p.522, 573-602.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. A formação e a ideologia do administrador de empresa. Petrópolis: Vozes, 1981, p.61-66, 92 e 181.
- JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de filosofia, 3ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.
- LEMME, Paschoal. Memórias vol. 2. São Paulo: Editora Cortez, 1988.
- PEREIRA, Luiz. Estudos sobre o Brasil contemporâneo. São Paulo: Pioneira, 1971.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- SILVA, Anielson Bárbara da. Caracterização do administrador na era da informação e do conhecimento. Revista Brasileira de Administração, ano XI, nº 32, p.6-14.
- TAUNAY, Alfred E. História administrativa e econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1969, p. 87.